

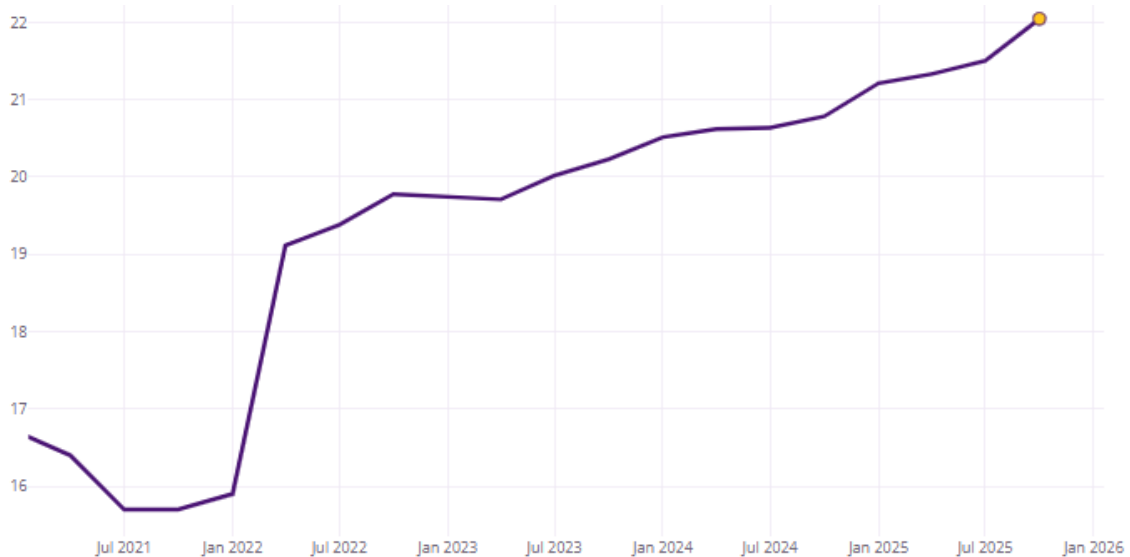
## Transformação Educacional e Mercado de Trabalho no Brasil: Avanços na Escolarização e Desafios para o Desenvolvimento Produtivo

Emerson Braz

Os últimos dados referentes a escolaridade trimestral de educação no Brasil, referentes ao quarto trimestre de 2025 evidenciam a continuidade de uma profunda transformação na composição educacional da população brasileira com mais de 14 anos.

Os dois principais indicadores destaque estão nas extremidades, em que podemos reparar naqueles que completam o ensino superior e os que não concluíram o ensino fundamental. Em relação ao ensino superior, podemos destacar a contínua expansão do nível de ensino superior. A população com ensino superior completo ou equivalente atingiu 22,05 milhões de pessoas, maior valor da série, registrando crescimento de 2,52% em relação ao trimestre anterior e de 6,08% na comparação interanual.

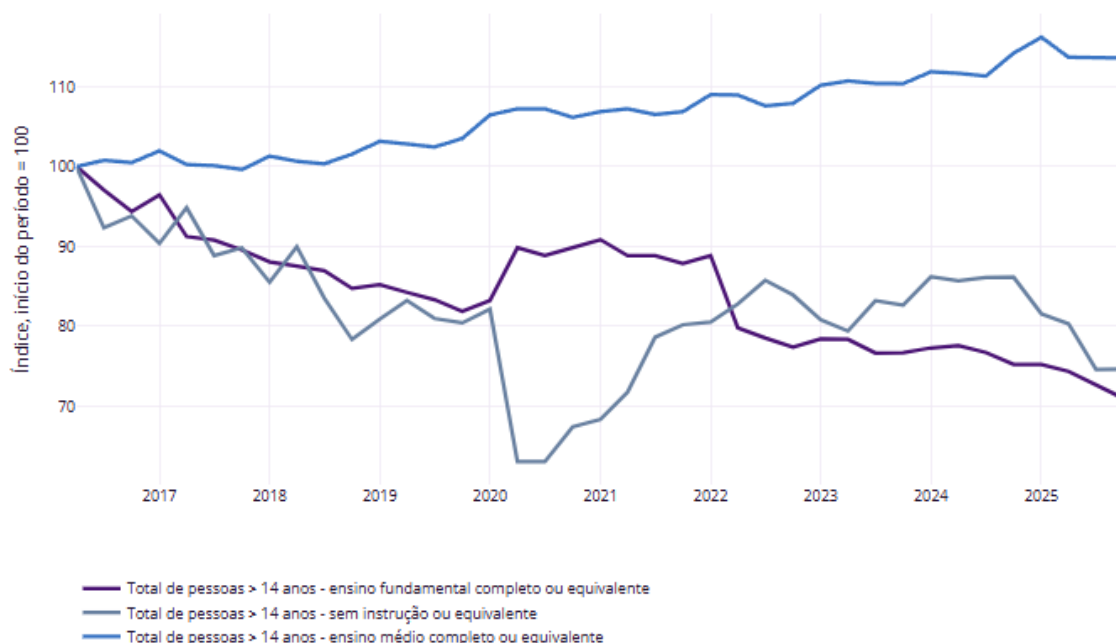
### Total de pessoas > 14 anos com Ensino Superior Completo ou Equivalente



Fonte: IBGE | Elaboração: Impulso Brasil

Em contrapartida, o contingente com ensino fundamental completo ou equivalente recuou para 7,11 milhões, com queda de 2,29% no trimestre e de 5,68% em doze meses, enquanto a população sem instrução ou equivalente alcançou 23,92 milhões, mantendo relativa estabilidade trimestral (0,08%) mas registrando expressiva retração anual de 13,35%. Já o grupo com ensino médio completo, o maior entre os níveis analisados, totalizou 31,89 milhões de pessoas, permanecendo praticamente estável, com variação de 0,01% no trimestre e ligeira queda de 0,54% em relação ao ano anterior.

## Comparação de Pessoas Sem Instrução, com Fundamental Completo e com Ensino Médio Completo entre 2016 e 2025



Fonte: IBGE | Elaboração: Impulso Brasil

A leitura conjunta das séries revela uma mudança estrutural importante no perfil do capital humano brasileiro. Ao longo dos últimos anos, observa-se um deslocamento progressivo da população para níveis mais elevados de escolaridade, refletindo tanto os efeitos acumulados da universalização da educação básica quanto a expansão do acesso ao ensino superior ocorrida desde os anos 2000. Na pandemia, é possível assimilar que, apesar do cenário adverso as estruturas para o ensino voltado para a formação no Ensino Médio e para o ensino Superior, foram capazes de absorver o uso da tecnologia e promover inclusão (sem discutir qualidade) para continuar a formação dos indivíduos. O que com certeza é um cenário muito mais desafiador para a formação de pessoas que não possuem instrução e da faixa de crianças que formam a base do ensino fundamental.

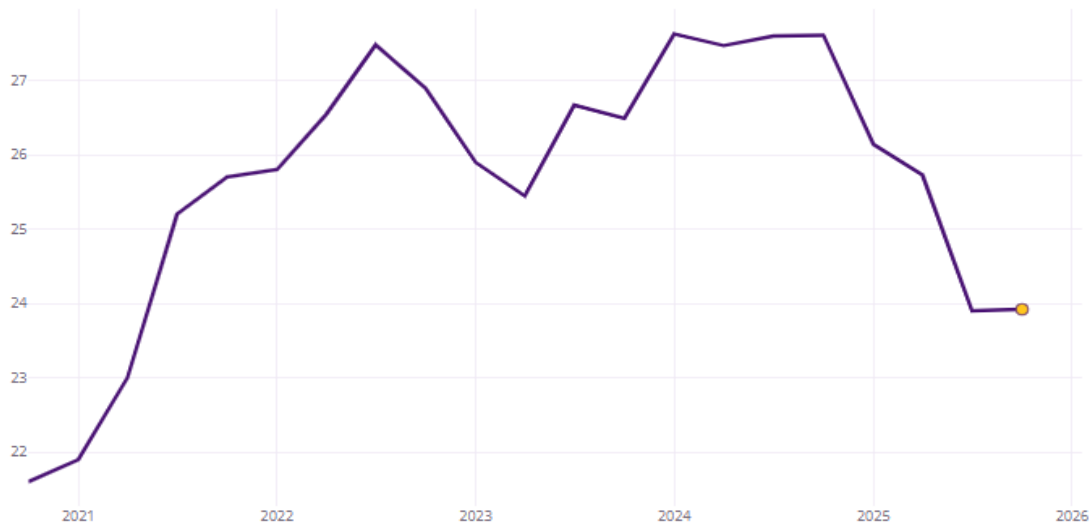
O avanço da escolarização representa um ativo estratégico. O aumento da participação de trabalhadores com ensino superior amplia o estoque de capital humano disponível, condição necessária para elevar a produtividade, incorporar tecnologias mais complexas e sustentar trajetórias de crescimento de longo prazo. Entretanto, é importante que o grau de escolarização e qualificação da mão de obra qualificada seja fortemente correlacionada com o aumento da produtividade do trabalho e de vagas de trabalho com exigências qualificatórias maiores, pois, neste cenário, garante-se que a obtenção do conhecimento poderá vir a se tornar produtividade. Em outras palavras, a oferta de trabalhadores mais escolarizados deve crescer em um contexto no qual a geração de empregos de alta produtividade o acompanha.

Esse descompasso ajuda a explicar fenômenos cada vez mais presentes no mercado de trabalho brasileiro, como a subutilização de mão de obra qualificada e a ocupação de trabalhadores com elevada escolaridade em atividades que demandam menor qualificação formal. Embora a expansão educacional represente um avanço social inequívoco, seus retornos econômicos dependem da capacidade de a economia absorver esse capital humano em setores intensivos em tecnologia, inovação e conhecimento. Sem esse processo, parte dos ganhos

potenciais de produtividade tende a ser convertida apenas parcialmente em crescimento da renda e bem-estar.

Os impactos distributivos da melhora educacional são, em princípio, positivos. A redução dos contingentes menos escolarizados tende a ampliar oportunidades de inserção ocupacional, favorecer a mobilidade social e reduzir vulnerabilidades historicamente associadas à pobreza estrutural.

#### Total de pessoas > 14 anos Sem Instrução



Fonte: IBGE | Elaboração: Impulso Brasil

Ao mesmo tempo, trabalhadores mais qualificados costumam apresentar rendimentos superiores, maior estabilidade ocupacional e menor exposição ao desemprego. Contudo, quando a expansão da escolaridade não é acompanhada por uma elevação equivalente da demanda por trabalho qualificado, os efeitos sobre a desigualdade tornam-se mais ambíguos. A frustração das expectativas de renda e ascensão social pode limitar os ganhos distributivos esperados da expansão educacional.

Uma população mais escolarizada tende a fortalecer a produtividade agregada e sustentar um mercado consumidor mais sofisticado e dinâmico. Entretanto, não é possível discutir educação sem uma forte e convergente estratégia de política pública que amplie as vagas qualificadas no ensino superior e, também, prepare o estudante ao longo de toda a sua formação base para chegar a este ambiente. A materialização desses benefícios exige níveis adequados de investimento público, expansão da infraestrutura econômica e fortalecimento de setores capazes de gerar encadeamentos produtivos mais complexos.

Um case importante e que ainda está em fase de avaliação dos resultados é o Programa Pé-de-Meia, que ao completar seu segundo ano de vigência em 2026, vem demonstrando como uma das mais potentes políticas públicas de renda condicionada à educação, alcançando 5,6 milhões de estudantes (cerca de 54% dos matriculados na rede pública de ensino médio). O programa atua diretamente sobre a inserção do estudante e frequência do mesmo no ambiente escolar, para evitar a evasão do mesmo. Dados do Ministério da Educação (MEC) apontam resultados concretos de curto prazo: uma redução de 43% nas taxas de abandono escolar e um recuo de 33% na reprovação (MEC, 2026), impulsionados pela exigência de frequência mensal mínima de 80%. A forte correlação positiva entre a regularidade do incentivo financeiro e a

assiduidade discente demonstra a eficácia do mecanismo de transmissão, que transforma a permanência na escola em uma estratégia economicamente viável para as famílias vulneráveis inscritas no CadÚnico.

Apesar dos êxitos iniciais, o impacto de longo prazo do programa sobre a produtividade sistêmica e a distribuição de renda permanece em aberto e não concluído. Embora a poupança do Pé-de-Meia eleve o fluxo de formandos e aumente de forma generalizada a escolaridade média do país, o ponto final do programa pé-de-meia deve ser a inserção do mesmo no ensino superior e, conseqüentemente, em empregos qualificados. Se a estrutura produtiva brasileira continuar em seu processo de reprimarização e especialização em setores de baixa intensidade tecnológica, há o risco latente de que essa nova massa de jovens qualificados enfrente o subemprego ou a desvalorização real de seus salários.

Em síntese, os dados apontam para uma trajetória estruturalmente favorável de elevação da escolaridade da população brasileira, com destaque para o crescimento contínuo do ensino superior e a redução dos grupos de menor instrução. O país demonstra avanços importantes na formação de capital humano e na construção de condições mais favoráveis para a inclusão econômica e social. Contudo, o principal desafio deixa de ser apenas educacional e passa a ser produtivo: transformar a crescente qualificação da força de trabalho em ganhos efetivos de produtividade, inovação e geração de empregos de qualidade. A sustentabilidade desse processo dependerá da capacidade de articular políticas educacionais, industriais e tecnológicas que convertam o avanço da escolarização em desenvolvimento econômico de longo prazo, evitando que o bônus educacional brasileiro seja limitado por uma estrutura produtiva incapaz de absorver plenamente suas novas capacidades.

Fonte: Brasil. Ministério da Educação (MEC). 2026. "Após dois anos de Pé-de-Meia, abandono escolar cai 43%." Gov.br, março de 2026. Acesso em 29 maio 2026. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/marco/apos-dois-anos-de-pe-de-meia-abandono-escolar-cai-43>.